

Interpretações do favor e do arbítrio

Sergio Mota

Machado de Assis, historiador

Sidney Chalhoub

São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

O crescente interesse da parte de certos historiadores pela obra de Machado de Assis tem revelado um confronto entre uma intenção que se organiza a partir de um contexto histórico e uma estrutura que o ultrapassa, para redescobrir a contundência política e social das observações de Machado e sua notável atualidade. Ao apontar nesta tensão a visão acidamente crítica do autor sobre o processo de modernização capitalista do Brasil na passagem do Império para a República, a abordagem histórica das obras de Machado expõe os bastidores e meandros da pesquisa, que denunciam um certo darwinismo social que atua como estratégia conservadora de desenvolvimento do país. É função do historiador compreender o sentido das mudanças históricas e organizar os procedimentos de controle do conteúdo da informação, embora detenha sua atenção no corpo do próprio fato histórico. Tal concepção revela sua metodologia teórica, que, no trabalho com suas fontes, empreende um esforço minucioso de exploração e contextualização documental para revelar, através das pistas e das formas de leitura das fontes, uma dimensão social do pensamento. Sem levar em conta, ainda, que tal leitura envolve seleção, investida ideológica do historiador e, por extensão, compromisso com seu tempo.

É justamente o esqueleto desse processo de rastreamento o principal objeto de discussão de *Machado de Assis, historiador*, de Sidney Chalhoub. Mais que desenvolver instrumentos críticos para lidar com a documentação escrita e nela revelar níveis de conteúdo, dentro de uma tendência historiográfica de revisão das fontes documentais, o ambicioso projeto de Chalhoub consiste em extrair uma gama de informações e interpretações que apreendem o sentido das mudanças históricas no Brasil da segunda metade do século XIX, que resultariam no fim da escravidão. A abordagem percorre duas perspectivas que se complementam e podem ser lidas separadamente, sem prejuízo do duplo olhar engendrado por Sidney Chalhoub (o de historiador e o de analista literário).

A primeira vertente analisa a literatura de Machado sob a chancela da história, na exploração da ideologia senhorial, voltando o olhar para a relação (nem sempre pacífica) entre fato e ficção, o que extrapola a idéia de que a literatura é apenas fonte porque fornece subsídios para uma compreensão mais explícita da história social. Não há na organização do volume uma preocupação exagerada em discutir, no texto de Machado, se existe uma intencionalidade pré-existente à enunciação romanesca. À primeira vista, pode-se compreender tal proposta metodológica como uma simplificação no modo de encarar o texto literário, que, necessariamente, não é prova histórica nem muito menos representação mimética da realidade, ainda mais no caso de Machado, que não se quer documental nem se sente compelido a fazer da sua obra um testemunho de época, por mais que seja quase impossível escapar disso. A eficiência do argumento de Sidney Chalhoub, que atrela seu modo de ler os romances de Machado à interpretação da experiência histórica da década de 1870, passa ao largo dessa discussão, já enfraquecida pelo advento da história das mentalidades ou da micro-história, por exemplo.

Em sua análise de *Helena*, que abre a primeira parte do livro e pode funcionar como paradigma que vai conduzir as outras abordagens, o historiador reconhece uma prosa de extraordinário teor de crítica social e de que forma Machado reescreveu a história do Brasil no século XIX, principalmente na revelação de determinados mecanismos de poder, com um tom de denúncia de tais práticas. Se o romance também pode ser analisado como testemunho histórico de uma época, percebe-se a evidente preocupação de Chalhoub em reconhecer o texto literário como mecanismo de interpretação histórica possível e, principalmente, como lugar de confronto, na mesma medida em que não o entende, em uma chave reducionista, apenas como descrição fiel de uma realidade específica. Ao longo da teorização de Sidney Chalhoub revelam-se as redes a partir das quais Machado abordou a lógica da dominação, centrando suas histórias nos antagonismos entre senhores e dependentes, dentro de uma lógica de caráter paternalista que fez de tal metodologia um princípio de arte literária, no desvendamento da razão do processo histórico (nesse sentido, são bastante oportunas as especificidades críticas que Chalhoub acrescenta ao pensamento

de Roberto Schwarz, sem deixar de reconhecer, ao lado de John Gledson, a dívida a estes outros intérpretes fundamentais de Machado).

Ao reconstituir todo o imaginário senhorial presente no texto de Machado através de descrições, deduções, versões e atualizações de personagens em outros personagens ou de outros autores, o livro de Chalhoub se apropria, em vários momentos, do estilo do escritor, principalmente no uso das digressões, no sarcasmo em relação ao número de leitores e na constatação da lentidão da narrativa que retarda o desenlace. Machado nunca se esquecia de que alguém estava lendo seu texto e, com uma certa intimidade e condescendência, sempre se dirigia a este leitor anônimo.

A segunda parte do livro (na verdade, um longo capítulo) parece, a princípio, estar desconectada do material da primeira, principalmente porque muda o enfoque e a perspectiva, sem abandonar o tema. Nada que uma leitura menos apressada não afaste (em termos de coerência, seria mais interessante que ela viesse no início do livro, para, depois, abordar, na ficção, a experiência dos dependentes livres e escravos diante da dominação). Na verdade, mesmo fora do lugar, essa segunda perspectiva é o grande trunfo do texto de Sidney Chalhoub, porque, sem a pretensão aparente de ratificar o que havia sido discutido em relação ao funcionamento das relações sociais brasileiras no estudo de várias obras machadianas, empreende uma sofisticada pesquisa sobre as atividades do autor de *Dom Casmurro* no Ministério da Agricultura durante as décadas de 1870 e 1880. Se a primeira parte revelava o crítico literário em busca de ângulos diferentes do pensamento, a vocação de historiador encontra ponto de vista original que rastreia na documentação estudada, à guisa de uma biografia intelectual, a vida de Machado como funcionário público de um departamento encarregado de acompanhar questões relativas à emancipação dos escravos e à política de terras.

Apesar de um certo excesso descritivo inevitável (que o autor reconhece e, jocosamente, à maneira machadiana, tenta tirar proveito disso, desculpando-se com o leitor) na reconstrução de um painel burocrático da redação e aplicação da Lei do Ventre Livre, de 1871, na organização de pareceres sobre diferentes visões da liberdade, ou, ainda, nas intervenções pontuais de Machado em tais processos, sempre a favor do escravo que queria se libertar, o capítulo pode ser lido, em alguns momentos, como um delicioso romance de estrutura folhetinesca que amplifica os meandros da pesquisa histórica e aborda questões metodológicas negligenciadas por muitos historiadores. Mais que debates em torno de uma estrutura emperrada e resistente à liberdade, a pesquisa definitiva de Sidney Chalhoub ganha densidade histórica e eficácia crítica não só porque demonstra que Machado era funcionário público por convicção ideológica, mas, principalmente, porque reconhece os graus de motivação do combate a uma certa barbárie social dos senhores.

Naquele duplo movimento do pensamento de Chalhoub, os dois pólos se encontram, à revelia dos detratores epistemológicos de tal desenho que aproxima as disciplinas. A crença irrestrita de Machado no fato de que o poder público possuía uma função primordial para frear a ambição do lucro e a concentração de poder da classe senhorial era uma experiência não só de formação do cidadão, mas estruturalmente também do ficcionista, o que, de certa maneira, determinou sua literatura.

Sergio Mota
Professor da PUC-Rio